

CONTUDO, NO INFERNO!

HOWEVER, IN HELL!

Fernando Fontoura¹

Resumo:

A sistematização e institucionalização da vida prática social através de controles é efetivada por profissionais ou burocratas do sistema. Qual o papel desses burocratas e profissionais e a qual sistema acima deles que eles respondem? E qual é o efeito que esse sistema e esses atravessadores infringem em nossa liberdade individual e social? Esse é um assunto que Michel Foucault e, contemporaneamente, Giorgio Agamben exploram em suas pesquisas e livros. Trataremos aqui dessa questão sob a inspiração de um excerto de Giorgio Agamben em seu livro *O Reino e a Glória* e daremos um direcionamento ao mesmo tempo metafórico, com a hierarquia angelical e com a queda de Lúcifer ao inferno, mas também fático mostrando alternativas reais a esse sistema. O objetivo com isso é mostrar como escapar do sistema atual através de um “novo mundo” onde possibilidades de realizar e viver diferente nossas liberdades podem ser efetivadas. Para isso, não faremos previsões ou alternativas ficcionais ou utópicas, mas realistas e que já estão em atividade em algumas pequenas áreas do pensamento e das ações sociais no mundo.

Palavras-chave: Lúcifer, Sistema, Hierarquia social, Agamben, Institucionalização.

Abstract:

The systematization and institutionalization of practical social life through controls is carried out by professionals or bureaucrats in the system. What is the role of these bureaucrats and professionals and what system above them do they respond to? And what is the effect that this system and these intermediaries have on our individual and social freedom? This is a subject that Michel Foucault and, nowadays, Giorgio Agamben explore in their research and books. We will address this issue here under the inspiration of an excerpt by Giorgio Agamben in his book *The Kingdom and Glory* and we will give a direction at the same time metaphorical, with the angelic hierarchy and with the fall of Lucifer to hell, but also real, showing alternatives in life. The goal with this is to show how to escape the current system through a “new world” where possibilities to realize and live our freedoms differently can be realized. For that, we will not make predictions or fictional or utopian alternatives, but realistic and that are already active in some small areas of thought and social actions in the world.

Keywords: Lucifer, System, Social hierarchy, Agamben, Institutionalization.



Introdução

Partindo de uma reflexão de Giorgio Agamben em seu livro *O Reino e a Glória* (2011), especificamente no capítulo 6, *Angeologia e Burocracia*, onde diz

[...] “duas características dos anjos: a contemplação divina e a administração para com os homens: As operações angélicas reduzem-se a duas: a operação contemplativa e a ministerial [...] E é por essas duas que se distinguem os espíritos angélicos e suas operações. A contemplativa consiste na ascensão às coisas supremas, a administrativa na descida às coisas humanas” [Boaventura]. Das duas funções, é a segunda – a administrativa, em que os anjos colaboram para o governo divino do mundo (AGAMBEN, 2011, p. 98).

No recorte deste livro e deste capítulo, vamos esboçar o início ou a propedêutica de uma pesquisa sobre a sistematização e institucionalização da vida através do paradigma religioso que traz Agamben neste livro. Para tanto, vamos colocar no núcleo da questão a queda de Lúcifer e como ela pode ser a metáfora da saída de uma vida institucionalizada e sistematizada pelos poderes instituídos que visam capturar a vida e administrar as liberdades dos indivíduos. Portanto, Lúcifer e sua queda serão dados como modelos de saída para uma vida social institucionalizada da qual ‘os anjos do Senhor’, segundo o capítulo de Agamben, são sua parte, ao mesmo tempo, burocrática e estrutural desse sistema ou malha que envolve a sociedade para seu controle, gestão, administração e supressão da vida livre. A figura paradigmática será o profissional burocrata. A liberdade aqui será entendida, como em Agamben, como a possibilidade de dizer ‘não’. A partir dessa possibilidade abre-se espaço para uma nova morada, uma ‘queda’, um lugar obscuro e marginal onde a liberdade positiva poderá ser exercida. Se esse artigo fosse uma história, começaria com “E, contudo, no inferno...”, pois esse é o lugar metafórico que será articulado aqui como o horizonte existencial e como condição de possibilidade de escapar da sistematização e institucionalização da vida, dos valores e das práticas sociais. Uma das técnicas para o aprisionamento neste mundo burocrático é o uso das mídias que é explorado como fomento da vida espetacular explorando o que alguns autores chamam de *insaciabilidade* humana.

Na *suma teológica* de Tomás de Aquino, ele tem um capítulo sobre o *Tratado dos Anjos* e, dentre tantas coisas às quais ele discute, a hierarquia dos anjos e suas relações com as coisas terrestres é uma delas. Essa hierarquia é de caráter político-religioso, segundo Agamben, “Trata-se do conceito político-religioso ou, dito de outro modo, do conceito de ordem [*Ordnungsbegriff*] de uma hierarquia celeste, na qual desemboca o culto da Igreja [Peterson]” (AGAMBEN, 2011, p. 96). Nessa hierarquia, há duas características dos anjos, uma sendo a contemplação divina e a outra a administração para com os homens. Segundo Agamben,

As operações angélicas reduzem-se a duas: a operação contemplativa e a ministerial [...] E é por essas duas que se distinguem os espíritos angélicos e suas operações. A contemplativa consiste na ascensão às coisas supremas, a administrativa na descida às coisas humanas (AGAMBEN, 2011, p. 98).

É na segunda operação, a administrativa, em que eles colaboram para o

governo divino do mundo, i.é., colaboram para a manutenção estrutural do sistema de poder soberano do qual esse governo é uma emanação, que é o ponto do qual vamos destacar aqui. Aproveitando essa perspectiva de Agamben, vamos deslocar a questão da angeologia para a questão da soberania de um sistema hierarquizado e ordenado de poder social que se dá através das instituições e de suas formas de propaganda.

Qual o princípio, ou a *archē*² desse poder hierarquizado? Segundo Agamben é com o modelo da angeologia. Tomás de Aquino, na *suma Teológica*, sustenta que um governo é muito mais perfeito se, para sua execução particular, serve-se de intermediários:

Dado que o ato de governo tem a incumbência de levar à perfeição os seres governados, o governo será tanto melhor quanto maior a perfeição comunicada pelo governante às coisas governadas. Mas a perfeição é maior se algo, que é bom em si, também é causa de bem nas outras criaturas, e não somente para si. Assim, Deus governa as coisas de modo a transformar algumas delas em causa com relação ao governo de outras [...] Por conseguinte, ter executores de seu governo não equivale para um rei a uma imperfeição, mas a uma dignidade: o poder régio torna-se mais ilustre pela hierarquia de seus ministros (AQUINO, questão 103).

O objetivo é conservar a ordem e administrá-la. Para isso forma-se uma hierarquia e, como corolário, um sistema institucional.

O conceito de *hierarquia* já traz em si o fundamento, o poder sagrado³, ou seja, aquilo que é sistematicamente ordenado, que legitima o poder e o soberano. Do poder emanam as ordens, aos “burocratas” ou “profissionais” cabe efetivá-las. É o princípio (*archē*) que legitima as práticas de poder e soberania. Essas práticas resumem-se às atividades do governo, legitimada pelo poder do qual emana. É uma atividade que tem como objetivo a ordem, a manutenção da ordem já estabelecida. Ela cria as normas e os dispositivos para efetivá-las e ao mesmo dá poder e legitimidade aos burocratas e profissionais. Atomiza cada elo, burocrata ou profissional, para que a cadeia hierárquica funcione. Ser um elo é fundamento básico do comportamento do burocrata. Dentro do perímetro desse elo ele é permitido pensar desde que seja uma razão prática que efetive o poder do qual ele – e toda cadeia – emanam. Em cada elo há uma linguagem técnica mas toda linguagem também emana da proto-linguagem do poder. Todo vocabulário é para cercar o poder absoluto e o poder restrito a cada elo, a cada burocrata. O mundo é encaixado nessa linguagem e nesse perímetro, e a cada elo ou profissional dele nada mais do que isso – sua abrangência de poder e emanação - lhe é permitido. Nem agir, nem pensar, nem sair da razão prática restrita. O poder que emana é a ordem inicial, a ordem final e a norma absoluta onde tudo e todos nessa grande cadeia hierárquica devem medir-se. Só há inteligência e atividade humana possível dentro dessa grande cadeia hierárquica. O fora é o não-ser, o não-lugar, o vazio.

De fato, os anjos concluem e completam todas as disposições das inteligências celestes, já que entre as substâncias celestes estão aquelas que possuem a propriedade angélica em grau mais baixo e são por nós chamados de anjos muito mais apropriadamente que seus superiores, por estarem em uma posição hierárquica mais manifesta e mais próxima do nosso mundo. É necessário acreditar, de fato, que o ordenamento mais

elevado, por estar mais próximo do oculto, em sua primeira hierarquia governa a segunda de modo oculto; a segunda, que é formada pelas santas Dominações, pelas Potências e pelas Potestades, guia a hierarquia dos Principados, dos Arcanjos e dos Anjos de maneira mais evidente que a primeira hierarquia, no entanto, mais oculta que a terceira. Além disso, o ordenamento manifesto dos Principados, dos Arcanjos e dos Anjos governa as hierarquias humanas de acordo com relações recíprocas, para que ocorram, segundo uma ordem, a elevação, a conversão, a comunhão e a união com Deus e o movimento processivo, que Deus, segundo sua bondade, concede a todas as hierarquias de modo comunicativo e segundo uma ordem santíssima. Por isso, a Sagrada Escritura atribuiu aos anjos a direção de nossa hierarquia, chamando Miguel de arconte do povo judeu e assim os outros chefes das outras nações; assim, o Altíssimo definiu os limites das nações segundo o número dos anjos de Deus [Pseudo-Dionísio] (AGAMBEN, 2011, p. 101).

E quais são os objetivos básicos de uma hierarquia? 1) purificar, 2) iluminar e 3) aperfeiçoar. Neste sentido, há ordens diversas de acordo com as diferentes funções ou ofícios. Cada burocrata tem uma “missão”. Porém, em uma sociedade dita democrática ou não totalitária, para executar a função e o poder de cada “missão” e cada setor, os burocratas precisam de instituições que os legitimem, na medida em que podem, a partir daí, servir suas funções sem o caráter de autoritarismo ou coerção. A especialização de suas funções é uma das saídas e o apoio institucional dentro de um sistema ordenado dá a chancela organizacional ou governamental de suas ações e justificativas. O burocrata em si não tem poder, pois é um artefato de uma instituição maior que está à serviço de uma soberania abstrata, mas *divina*. A ação profissional do burocrata justifica sua estrutura e sua estrutura justifica sua ação institucional. É um sistema sem saída do qual toda estrutura gira e movimentase para manter-se enquanto tal. A ação de conjunto do sistema hierarquizado, através de seus burocratas, é a expressão da ordem, do controle, da homogeneidade e da harmonia. Uma forma estética que acolhe o conteúdo moral do sistema: a administração das liberdades humanas em conformidade e em harmonia com o sistema. Como não aderir ao sistema se ele próprio prevê as condenações para tal ato ou intenção? O próprio sistema, como um jogo, prevê aquele que desafia as regras, e já coloca, *a priori*, as sanções para quem burlar as regras. Todas as sanções, castigos e julgamentos já estão previstos. Como um sistema “livre” ele permite a desobediência dentro de seus próprios parâmetros. O perigo de não aderir ao sistema é a exclusão interna, não o exílio, que seria um lugar fora do sistema, mas um *inxílio*, pois ainda fica dentro do sistema mantido sob controle. O infrator não está completamente “desabilitado”, então pode-se ainda “purificar” essa *alma* e assim “iluminar” seus juízos em função de um “aperfeiçoamento” para manter a hierarquia, ou seja, entram em ação as três funções básicas desse sistema. No entanto, só pode ser condenado e castigado ou, nas palavras do sistema, purificado e iluminado, quem está habilitado nele. Assim como o *herege* é apenas aquele que escolheu outra religião⁴, aquele que exalta um sistema alternativo independente torna-se o *diabo*⁵. Diz Agamben, “A corrupção da lei é obra do pecado, em particular do pecado de autojustificação” (AGAMBEN, 2011, p. 103), i.é., é uma atitude de *arrogância* em uma pretensão de estabelecer a própria justiça ou uma justiça alternativa, como se o indivíduo pudesse viver sem o sistema que o estrutura e o apoia moralmente. O castigo dos condenados pelos burocratas do sistema, é viver

inxilado, com o rótulo de culpado e subversivo dentro do próprio sistema, para servir de aviso e propaganda para os que queriam se aventurar à des-hierarquização. A existência de instituições penais e de detenção ou corretivas não serve apenas para *inxilar* os condenados, mas para servir de aviso aos que estão fora dessas instituições que eles, que estão fora dessas instituições, estão moralmente corretos. É uma das formas de manutenção desta moralidade “empacotada” que permite a manutenção dessas instituições e ordem dos que estão de fora delas.

Em linhas gerais, Michel Foucault diz,

No antigo sistema político da soberania, existia entre o soberano e o súdito toda uma série de relações jurídicas e de relações econômicas que induziam, que obrigavam até o soberano a proteger o súdito. Mas essa proteção era de certo modo externa. O súdito podia pedir a seu soberano que o protegesse contra o inimigo externo ou que o protegesse contra o inimigo interno. No caso do liberalismo, é bem diferente. Já não é simplesmente essa espécie de proteção externa do próprio indivíduo que deve ser garantida. O liberalismo se insere num mecanismo em que terá, a cada instante, de arbitrar a liberdade e a segurança dos indivíduos em torno da noção de perigo. No fundo, se de um lado (e o que eu lhes dizia na última vez) o liberalismo é uma arte de governar que manipula fundamentalmente os interesses, ele não pode - e é esse o reverso da medalha -, ele não pode manipular os interesses sem ser ao mesmo tempo gestor dos perigos e dos mecanismos de segurança/liberdade, do jogo segurança/liberdade que deve garantir que os indivíduos ou a coletividade fiquem o menos possível expostos aos perigos (FOUCAULT, 2008, p. 89-90).

Os indivíduos são condicionados a experimentar sua situação, sua vida – presente e futuro – como portadores de perigo. As instituições e seus burocratas e profissionais estão incumbidos de propagar esses “perigos” e oferecerem a solução para eles. A solução são procedimentos de controle e previsão. E é essa extensão dos procedimentos de controle que vão constituir o contrapeso das liberdades.

Há, então, mecanismos que “produzem” liberdades. Produzem no sentido de *fornecer* as estruturas ou regras do jogo para tais liberdades e ao mesmo tempo *avaliar* a liberdade de cada indivíduo pelos parâmetros do próprio sistema que fornece as estruturas “liberais” aos “perigos” que ele mesmo criou ou disseminou.

Numa democracia, o poder de legislar, de aplicar as leis e de fazer justiça deve derivar dos próprios cidadãos. Este controle do cidadão sobre os poderes chaves foi restringido, enfraquecido e até abolido pela ascensão de profissões “clericais”. Um governo que dita suas leis de acordo com as opiniões técnicas de tais profissões pode ser um governo para o indivíduo, mas nunca do indivíduo (ILLICH, 1978, p. 33).

A cisão entre indivíduo e sua própria liberdade se dá no momento em que as instituições tomam cada vez mais as relações que este indivíduo tem (ou teria) com suas próprias expectativas, desejos e interesses, seja consigo mesmo, com as outras pessoas ou com as coisas do mundo.

Uma criança, nas ruas de Nova York, nada toca que não seja cientificamente desenvolvido, traçado, planejado e vendido a alguém. Até

as árvores estão lá porque o Departamento de Parques decidiu colocá-las aí. [...] Mesmo os desejos e temores são institucionalmente modelados. [...] promovidos. Qualquer bem existente é produto de alguma instituição especializada. Seria loucura exigir algo que nenhuma instituição pudesse fornecer (ILLICH, 1985, p. 117).

A institucionalização da vida e a captação dos indivíduos para gerir e administrar suas liberdades é tanto a causa inicial como a final. O sistema tem um fim em si mesmo. Mas como isso acontece? Uma das formas, segundo Ivan Illich, é a *crise*. Em uma crise social a corrida pelas instituições e órgãos de regulação é uma das saídas tanto da propaganda institucional quanto de muitos indivíduos já institucionalizados.

O mundo se uniformizou numas quantas décadas. As respostas humanas aos acontecimentos de todos os dias se tornaram *standard*. Embora os idiomas e os deuses ainda pareçam diferentes, a gente se une todos os dias à admirável maioria que marcha ao compasso do mesmo tambor. O interruptor de luz, junto à porta, substituiu as múltiplas formas como antigamente se acendiam os fogos, as velas, os candeeiros (ILLICH, 1978, p. 5).

A padronização da ação humana via instituições vai disciplinando as vontades, os desejos e as repostas às crises e ações sociais. O objetivo da padronização é manter a ordem. Um sistema hierarquicamente organizado tem profissionais e seções burocráticas para quase todas as experiências da vida humana. Em uma sociedade padronizada para manter a ordem, diz Illich, “Todas aquelas ações humanas, autônomas e criativas, necessárias para o florescimento do universo do homem, acabam por se atrofiarem” (ILLICH, 1978, p. 6-7). Um paradigma dessa institucionalização é a escola, diz Illich,

Uma vez que o autodidata foi desacreditado, toda atividade não profissional será suspeita. Aprendemos na escola que toda aprendizagem profícua é resultado da frequência, que o valor da aprendizagem aumenta com a quantidade de insumo (*input*) e, finalmente, que este valor pode ser mensurado e documentado por títulos e certificados (ILLICH, 1985, p. 52).

Esse é o mito dos valores institucionalizados. O sistema, através de seus profissionais burocratas, padroniza para controlar. Padroniza através de suas instituições, tanto de ensino como as jurídicas e econômicas.

As pessoas que se submetem ao padrão dos outros para medir seu crescimento pessoal próprio, cedo aplicarão a mesma pauta a si próprios. Não mais precisarão ser colocadas em seu lugar, elas mesmas se colocarão nos cantinhos indicados; tanto se espremerão até caberem no nicho que lhes foi ensinado a procurar e, neste mesmo processo, colocarão seus companheiros também em seus lugares, até que tudo e todos estejam acomodados (ILLICH, 1985, p. 53).

Quando as pessoas estão institucionalizadas, i.é., acreditam que seus valores podem ser produzidos e mensurados por outros – seja o professor, o padre ou a

escola e a igreja ou qualquer burocrata de qualquer instituição – eles acabarão aceitando qualquer tipo de hierarquização. A institucionalização da vida como a saúde pública, o mercado, a administração de pessoal, a vida política, todos esses processos institucionais tendem a aglomerar-se no extremo manipulativo do espectro do sistema hierárquico. Acabam por ditar as normas, os rituais, o modelo e a verdade que decreta e fixa o valor corrente e de troca de todos os produtos, inclusive a experiência humana, do nascimento à morte.

Quando os valores foram institucionalizados em processos planejados e arquitetados, os membros da moderna sociedade acreditam que a vida boa consiste em ter instituições que definem os valores de que eles e sua sociedade creem necessitar (ILLICH, 1985, p. 123).

A sistematização da vida carrega o *pathos* da unidade. Reconhecer que as coisas que vemos ou sentimos são na verdade parte de um todo, que nossa ação, profissão, encargo, emprego, seja o que for, é parte de um todo maior e integrado desencadeia uma exitosa sensação de sentido individual, profissional e comunitário. É claro que esse *pathos* tem que vir travestido de uma característica voluntarista, para colocar, sempre, a força motriz e o *telos* dentro do encargo e poder de cada indivíduo, pelo menos em teoria.

A institucionalização da ação humana, da mais primária à mais elaborada, coloca o indivíduo nessa grande cadeia de sistematização hierárquica. Tira dele sua autonomia e o coloca como um consumidor ao invés de um autoprodutor. Essa institucionalização, como afirmam tanto Illich quanto Agamben, tem o paradigma na religião,

A transformação de uma profissão liberal em dominante é equivalente ao estabelecimento legal de uma igreja de estado. Os médicos transformados em biocratas, os professores em gnoseocratas, os agentes funerários em tanatocratas é algo que está muito mais próximo das “clerezias” subsidiadas pelo Estado do que as associações comerciais. O profissional, como mestre da linha de moda da ortodoxia, atua como teólogo. Como empresário moral, atua no papel do sacerdote: com sua atuação, cria a necessidade para sua mediação. Como cruzado *benefactor*, atua no papel de missionário à caça de ovelhas transviadas. Como inquisidor, põe fora da lei o não-ortodoxo: impõe suas soluções ao recalcitrante que recusa reconhecer-se como problema (ILLICH, 1978, p. 32).

Àquele que não se conforma ao sistema, ao recalcitrante, deve-se colocar o rótulo de *problema*. Ele torna-se um quase desabilitado. Não um desabilitado integral, pois isso não interessa ao sistema, mas um desabilitado no qual ainda há esperanças de aperfeiçoamento para uma futura re-habilitação. Essa visão bitolada e paradigmática é uma das finalidades das ações dos burocratas e profissionais que, cada um no seu elo, sem enxergar o todo ou pouco mais do que seu contexto e prática imediata, não conseguem exercer sua razão prática além da ação imediata.

A escola não é, de forma alguma, a única instituição moderna que tem por finalidade primordial bitolar a visão humana da realidade. O secreto currículo da vida familiar, do recrutamento militar, da assistência médica, do assim chamado profissionalismo, ou dos meios de comunicação de

massa têm importante papel na manipulação institucional da cosmovisão humana, linguagem e demandas (ILLICH, 1985, p. 60).

A promessa de uma recuperação do caráter ou da ressocialização do punido é uma das formas de uma sociedade terapêutica e hipócrita.

As prisões, por exemplo, até dois séculos atrás, eram meios para guardar as pessoas até que fossem sentenciadas, mutiladas, mortas ou exiladas; e eram, às vezes, usadas deliberadamente como forma de tortura. Recentemente começamos a dizer que o trancafiar alguém em uma cela tinha efeitos benéficos sobre o seu caráter e comportamento. Agora, alguns já compreenderam que a prisão aumenta a quantidade e também a qualidade dos criminosos, pois, muitas vezes, faz de um simples inconformado um criminoso. Muito poucos, porém, compreendem que os manicômios, patronatos e asilos fazem praticamente o mesmo. Essas instituições dão a seus internos a destrutiva autoimagem do psicótico, do velho inútil, da criança abandonada e fornecem um suporte racional para a existência de profissões a elas ligadas, tal qual as prisões fornecem rendimentos para os guardas (ILLICH, 1985, p. 67).

Neste contexto vale a pena entendermos um pouco sobre o que é liberdade e como desabilitá-la por completo do jugo da administração das liberdades.

Liberdade

Vamos entender liberdade aqui como Agamben coloca em seu livro *O Reino e a Glória*, como a capacidade de dizer *não*. Sobre as ações humanas, diz Alexandre de Afrodísia, em citação de Agamben, “Somos donos só daquilo com respeito ao qual temos o poder de não o fazer” (AGAMBEN, 2011, p. 82). Mas como a institucionalização pode dar a ilusão de que exercemos nossa liberdade plena? Uma das práticas é a da noção de *perigo*, citada acima por Foucault.

As liberdades dos cidadãos se suspendem continuamente para lançar campanhas contra males sempre redescobertos; cada ano descobrem-se novos habitantes fronteiriços que devem ser protegidos ou recuperados de alguns novos mal-estares, de alguma ignorância previamente desconhecida. As necessidades básicas formuladas e imputadas por todas as agências profissionais são necessidades para a defesa contra males (ILLICH, 1978, p. 23-24).

Ao manipular os interesses, os desejos e as necessidades, as instituições acabam por administrar as liberdades dos indivíduos.

Uma concepção superficial do liberalismo sugere neutralidade ante as diferentes concepções de bem-estar. De qualquer maneira, a neutralidade é uma ficção. Um Estado “neutro” simplesmente dá poder aos guardiões do capital para que manipulem o interesse público de acordo com seus próprios interesses (SKIDELSKY, R.; SKIDELSKY, E., 2017, p. 26).

Mas qual a finalidade de incitar necessidades artificiais? Para que transformar *desejos* em *necessidades*? Diz Skidelsky, “Criar necessidades artificiais é

uma forma de garantir que os trabalhadores se mantenham leais à ética do trabalho” (SKIDELSKY, R.; SKIDELSKY, E., 2017, p. 50). Mas o que diz a ética do trabalho? Ela diz que a ação produtiva inserida no sistema hierarquizado contém a promessa de cada indivíduo tornar-se um profissional burocrata. E é nessa grande cadeia que está a liberdade do sistema. Não muito diferente do *harmonizar-se com a natureza* no estoicismo – porém com outro conteúdo moral e político – ser livre dentro do sistema hierarquizado é *harmonizar-se com o sistema*. Harmonizar é abrir mão da ação manipuladora, é, em outra palavra também da filosofia antiga, entrar no *sereno fluxo* da “natureza”, no caso, a natureza do sistema hierarquizado. Como a imagem que fazia o estoicismo antigo de um cão amarrado em um carro (seja o que for o carro em questão na época grega-romana) descendo a ladeira onde ele tinha duas opções: tentar em vão parar o carro ou aceitar o movimento e ir com ele. Porém, nenhuma das opções deixa a questão de não ser amarrado a carro nenhum. Estar não amarrado ao carro é estar completamente desabilitado do sistema. É a capacidade de dizer *não* tanto ao carro quanto à amarra. Justo o contrário que preconiza o harmonizar-se, é nadar contra a corrente. Samuel Smiles, escritor britânico, certa vez disse “É preciso força e valor para nadar contra a corrente, mas um peixe morto pode segui-la flutuando” (SMILES, 2008, p. 105). O que propõe o sistema hierarquizado é fazer do indivíduo ou um cão amarrado ao carro ou um peixe morto flutuando sob às águas desse rio.

Uma das formas de dizer *não* é mudar a concepção e prática do trabalho. Segundo Illich, “Quem quer proteger o trabalho tem que fugir do emprego”!

Todos os partidos insistem na manutenção de níveis de emprego elevados na força de produção e parecem ser incapazes de reconhecer que os empregos tendem a destruir o valor de uso do tempo livre. Insistem em que as necessidades dos indivíduos se definam, na forma mais objetiva e total, por especialistas diplomados publicamente para tal competição, e parecem insensíveis à consequente expropriação da própria vida (ILLICH, 1978, p. 9).

Neste sentido, isso é a expropriação da vida pela profissão ou pela institucionalização do trabalho.

A linguagem, o bem comum mais fundamental, se acha contaminada assim por esses fiapos de gíria retorcidos, pegajosos, cada um sujeito ao controle de uma profissão. O empobrecimento das palavras, o esgotamento da linguagem cotidiana e sua degeneração em terminologia burocrática equivalem, de maneira mais intimamente degradante, à degradação ambiental tão discutida (ILLICH, 1978, p. 34).

Palavras e conceitos como gestão de pessoas, recursos humanos entre outros são nomes errôneos que só ocultam a dominação. A linguagem em que se percebe a si mesmo, sua percepção dos direitos e liberdades, e sua consciência das necessidades, derivam dessa hegemonia profissional.

O caráter de institucionalização da vida e da liberdade tem seu paradigma, para Illich, na escola. Não termina nela, alcançando as grandes instituições da sociedade como a o governo, o direito, a saúde e o mercado econômico. Mas é na escola que a formatação desse sistema profissional e burocrático tem seu início.

Agora os professores-terapeutas vão mais longe e propõem como próximo passo um tratamento educacional que dure a vida toda. O estilo desse tratamento está em discussão: será em forma de assistência às aulas pelos adultos? Será por intermédio da maravilha eletrônica? Será por sessões periódicas de sensibilização? Todos os educadores estão dispostos a derrubar as paredes das salas de aula, com a finalidade de transformar toda a cultura numa grande escola (ILLICH, 1985, p. 80).

A institucionalização cria a ilusão de liberdade apoiada, mas ela tem o caráter, na prática, é de uma liberdade vigiada. Para apoiar a ilusão de liberdade esse sistema dá o apoio dos direitos os quais os torna público veementemente. A liberdade apoiada pelas instituições e legitimada pelos direitos. É uma imagem sedutora que vende segurança e proteção e que assim coloca a corda no pescoço do cão amarrado ao carro.

O caráter preciso da ilusão, diz Illich,

É crer que a conquista dos direitos, patrocinada publicamente, conduz inevitavelmente à proteção das liberdades. Na verdade, à medida que a sociedade outorga legitimidade aos profissionais para que definam os direitos, vão-se evaporando as liberdades do cidadão (ILLICH, 1978, p. 53).

Mas porque e como é pego o indivíduo nessa ilusão de liberdade? Como pode ele exercer a decisão de dizer *não*?

Produção, espetáculo e insaciabilidade

Para efetivar uma ilusão é necessário que se separe realidade de aparência e que se faça da aparência a realidade. Diz Guy Debord, “Nos seus próprios termos [do espetáculo], [...] o espetáculo é a afirmação da aparência e a afirmação de toda a vida humana, socialmente falando, como simples aparência” (DEBORD, 2003, cap. I, §4). Seu lema: “o que aparece é bom, o que é bom aparece”. Com o objetivo de confundir para depois dar como realidade a ilusão, faz-se a dicotomia entre a coisa e a imagem, entre o original e a cópia, entre a realidade e sua representação e, finalmente, entre ser e aparência. Uma vida assim percebida é uma não-vida, uma não efetivação de liberdade. Nesta configuração, dizer *sim* é tornar-se escravo. Neste sentido, o espetáculo é a inversão concreta da vida, “[...] não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens” (DEBORD, 2003, cap. I, §4). O objetivo, um deles, do espetáculo, além da confusão entre realidade e aparência, é a degradação do *ser* em *ter* e, claro, *aparecer*. *Ter* sem *aparecer* não é *ser*. As instituições usam desse aparecer-ser em *ter* na forma de oferecer profissões e elos que possam alimentar esse *ter*. Como o sistema está interligado desde a produção de objetos e conceitos a oferta deles, o consumo e acumulação e o retorno à nova produção, é através dos interesses e desejos a transformação de indivíduos, via sociedade do espetáculo, em consumidores.

[...] a fase presente da ocupação total da vida social em busca da acumulação de resultados econômicos conduz a uma busca generalizada do *ter* e do parecer, de forma que todo o “*ter*” efetivo perde o seu prestígio imediato e a sua função última (DEBORD, 2003, cap. I, §17).

Mas o que se consome? A si próprio!

O desenvolvimento teve os mesmos efeitos em todas as sociedades: viram-se apanhadas numa nova trama de dependência de mercadorias que fluem do mesmo tipo de máquinas, fábricas, clínicas, estúdios de TV, “Think tanks”. Para satisfazer esta dependência, tem-se de continuar produzindo, sempre mais, a mesma coisa: bens e serviços padronizados por engenheiros e destinados aos consumidores que, por sua vez, são padronizados pelos educadores e promotores comerciais para que acreditem necessitar do que se lhes oferece (ILLICH, 1978, p. 6).

Cada vez mais, as necessidades se criam por slogans comerciais, e as compras se fazem por ordens dos especialistas, profissionais ou burocratas. Do cuidado da saúde, à beleza, à educação há sempre um profissional *habilitado* a “sugerir” as ações para uma vida boa. O que eram apenas desejos ou simples *quereres*⁶ foram fabricados como *necessidades*.

“Necessidade”, empregado como substantivo, é a reprodução individual de um modelo profissional; é a réplica em isopor do molde no qual os profissionais marcam seus artigos; é o molde publicitário do favo de mel do qual se fabricam os consumidores. Ser ignorante ou não estar convencido das próprias necessidades chegou a ser o ato de dissolução social imperdoável. O bom cidadão é aquele que se atribui necessidades grampeadas umas às outras com tal convicção que afoga qualquer desejo de procurar alternativas ou de renunciar a estas necessidades (ILLICH, 1978, p. 37).

Para essas necessidades criadas, um espectro de serviços é oferecido. Estes serviços repousam sobre bases civis, segundo Illich, como

[...] a escolaridade para a disciplina, o treinamento do consumidor para o desfrute do inútil, o hábito às velocidades violentas, a engenharia médica para a vida num refúgio que abarca a terra e a dependência padronizada dos temas da atualidade que dispensam policiais benévolos da cultura (ILLICH, 1978, p. 22).

Mas por que esse espetáculo funciona?

A publicidade pode moldar o desejo, mas não cria-lo do nada. [...] Tem que haver alguma tendência anterior na natureza humana para que a publicidade surta efeito; senão o domínio que ela exerce sobre nós seria um mistério (SKIDELSKY, R.; SKIDELSKY, E. 2017, p. 51).

Essa tendência intrínseca à natureza humana, diz Skidelsky, é a *insaciabilidade*. Na *Política*, Aristóteles já mencionava isso quando denunciava que “Alguns homens transformaram toda qualidade e toda arte em meios de enriquecer”, o que era, para ela uma corrupção da natureza do trabalho e do dinheiro. É o que ele chamava de *usura*. Ele fazia a relação de ter lucro através do próprio dinheiro, mas também falava que uma forma de corrupção é trocar os meios pelos fins. Para Skidelsky, essa característica humana é intensificada pela sociedade,

[...] os marxistas insistem que essa característica econômica [a insaciabilidade] é uma criação do capitalismo e desaparecerá quando este for abolido. Os cristãos argumentam que é produto do pecado original. Nossa visão é que a insaciabilidade tem raízes na própria natureza humana [...] mas foi intensificada ao máximo pelo capitalismo, que fez dela a base psicológica de toda uma civilização (SKIDELSKY, R.; SKIDELSKY, E. 2017, p. 15).

A publicidade talvez não crie a insaciabilidade, diz Skidelsky, mas a explora descaradamente. Não é a toa que um empresário da propaganda certa vez disse que “A publicidade consiste na criação organizada da insatisfação”.

Em uma sociedade confusa entre real e aparente, entre desejo e necessidade, entre o suficiente e a insaciabilidade, é fácil também confundir trabalho com emprego.

Menospreza-se o trabalho realizado fora de empregos remunerados, se é que não se ignora de todo. A atividade autônoma é uma ameaça para os níveis de emprego, gera desvios e diminui o PNB. Portanto, é impróprio chamá-la “trabalho” (ILLICH, 1978, p. 54).

Em uma sociedade que prima pela empregabilidade como forma de manter o controle do sistema, dificilmente deixará espaço para uma atividade fora desse sistema, seja na margem interna ou à margem dele.

O ponto geral subjacente é que o funcionamento eficiente de uma economia não requer o aumento da taxa de emprego, maximizando a oferta de mão-de-obra de uma maneira míope. Tornar uma economia mais produtiva (interpretada de maneira sensata) de maneira sustentável não é melhor atendida ativando obsessivamente as pessoas e prendendo-as em trabalhos que elas detestam fazer e que não aprendem nada (PARIJS, 2017, p. 26).

Desabilitar-se totalmente do sistema hierarquizado é encontrar trabalho e não emprego. Uma sociedade institucionalizada clama por órgãos de regulação profissionais, sindicatos, conselhos e registros burocráticos. Enquanto houver toda essa parafernália de controle, haverá como regular a habilitação e a des-habilitação no *inxílio*, tendo então como agir através de juízos de valor, coerção, punição e reeducação social.

[...] a ativação [do bem viver ou da vida boa] é uma questão de remover obstáculos, como as armadilhas do desemprego e do isolamento, e empoderar as pessoas dando acesso mais fácil à educação e ao treinamento, a fim de lhes dar um espectro mais amplo de opções para atividades pagas ou não remuneradas. Consiste em libertá-los para trabalhar, em vez de forçá-los a trabalhar (PARIJS, 2017, p. 26-27).

Realizar trabalhos e atividades fora do sistema e de sua regulação é uma forma de *informalização*, no conceito do sistema, *pirataria*.

A atividade, o esforço, a realização, o serviço feito fora de uma relação hierárquica, não avaliável pelos padrões profissionais, são uma ameaça para qualquer sociedade de mercado intensivo. A geração de valores de uso que escapam à medição efetiva limita não somente a necessidade de mais mercadorias como também os empregos que as criam e os envelopes de pagamento necessários para comprá-las (ILLICH, 1978, p. 54).

O selo de uma instituição reguladora ou de registro dá legitimidade à atividade exercida. Não é à toa que escolas vendem diplomas, registros vendem espaço no mercado e conselhos vendem legitimidade.

Na sociedade contemporânea, similarmente, o esforço não é produtivo a menos que seja realizado sob o comando de um chefe, e aos economistas custa explicar a utilidade óbvia da atividade da gente quando se acha fora do controle institucional de uma corporação, de uma agência para voluntários ou de um campo de trabalho. O trabalho é produtivo, respeitável, digno de um cidadão somente quando está planejado, dirigido e controlado por um agente profissional que assegure que esse trabalho responde a uma necessidade diplomada em forma padronizada. Numa sociedade industrial avançada torna-se quase impossível procurar ou imaginar o ócio como condição para um trabalho útil, autônomo (ILLICH, 1978, p. 55).

O ócio significa hoje mais uma vagabundagem penosa que estar livre para fazer coisas úteis para si mesmo e para o vizinho. A defesa do trabalho ao invés do emprego vem acompanhada do tempo para o lazer. A defesa do lazer, segundo Skidelsky, é a defesa do trabalho criador, i.é., a “atividade sem fim extrínseco” .

É o escultor absorvido no detalhe do mármore, é o professor querendo explicar um raciocínio difícil, um músico decifrando uma partitura, um cientista explorando os mistérios do tempo e do espaço – nenhum deles têm qualquer outro objetivo além de fazer o que sabem fazer bem (SKIDELSKY; SKIDELSKY, 2017, p. 22-3).

Em nossa sociedade institucionalizada estão querendo, como os *coachings*, transformar essa atividade de lazer ou trabalho criador em trabalho produtivo mas colocando uma postura de lazer mas não pela própria atividade, mas pelo fim extrínseco, como, por exemplo, a realização pessoal no emprego. Assim capturam mais uma característica não mercantil nas categorias mercadológicas e produtivas. Neste sentido, criatividade e inovação são as palavras chave de qualquer trabalho ou emprego mercantil do sistema capitalista ou de mercado. Conceitos e práticas até então desvinculados ou não necessariamente vinculados a esse sistema produtivo agora fazem parte do sistema via institucionalização. A procura da vida boa ou do bem viver atrelada à atividade profissional e a realização interna vinculada às competências e habilidades avaliadas pelos profissionais do mercado, são um sintoma de que trabalho e emprego já não mais se diferenciam e o tempo livre é colocado como um impasse à produtividade, logo à realização pessoal.

O trabalho deixou de ser o esforço, no sentido usado pelos economistas, para ser uma atividade prazerosa: fonte de estímulo, de identidade, de valor e sociabilidade. Em suma, o trabalho não é só mais um meio para se chegar a um fim, mas tem suas satisfações intrínsecas. E por isso as pessoas trabalham mais tempo do que o “necessário” (SKIDELSKY; SKIDELSKY, 2017, p. 44).

Neste sentido, arremata Skidelsky, “A contrapartida do amor ao trabalho é temer o lazer”. É uma visão que se apoia na concepção de que os seres humanos são naturalmente preguiçosos e por isso o trabalho é necessário. A ação produtiva mantém esses preguiçosos “nos trilhos” e assim não se “perdem”.

Então, qual a saída para uma liberdade efetivamente plena? Em primeiro lugar, como diz Agamben, a capacidade de dizer *não*. E todo texto até aqui foi na direção de efetivarmos e justificarmos esse *não*. Dentro do sistema, o poder do *não* precisa ser efetivado. Porém, para efetivar uma liberdade positiva, é necessário, em nosso entendimento, estabelecer um novo lugar fora desse sistema hierarquizado. Para tanto é necessário uma des-habilitação completa, uma queda, como a de Lúcifer.

Contudo, no inferno: a queda ou a marginalização

“Na multiplicação do teu comércio se encheram as tuas entranhas de iniquidade, e caíste no pecado: e eu te lancei fora do monte de Deus, e te exterminarei, ó querubim protetente [Lúcifer], do meio das pedras incendidas. E o teu coração se elevou no teu esplendor. Tu perdeste a tua sabedoria na tua formosura, eu te lancei por terra.” – Ezequiel 28:16-17.

Na hierarquia celeste antes da queda havia três arcanjos, sendo Miguel, Rafael e Lúcifer. Abaixo deles uma ordem hierárquica de outros anjos e seres celestiais que cumpriam a função de serem os ministros ou burocratas das ordens divinas soberanas. Neste organograma hierárquico da angeologia, estando todos habilitados ao grande sistema celestial, eles poderiam tanto controlar, vigiar e punir como serem controlados, vigiados e punidos pelo Todo Poderoso. Um desses arcanjos, segundo a história bíblica⁷, por querer ficar no lugar seu pai, que era nada menos que Deus, acabou por ser des-habilitado e colocado para outro lugar, o inferno.

E, contudo, no inferno [εἰς ἄιδου – para a eternidade] serás precipitado ao profundo do lago. Os que te virem, se inclinarão para ti, e te contemplarão dizendo: Acaso é este aquele homem, que meteu em confusão a terra, que fez estremecer os reinos, que pôs o mundo em solidão, e destruiu as suas cidades, o que não abriu o cárcere aos seus cativos? (Isaías 14:15-17).

Estando fora da hierarquia divina perdia os poderes que ali existiam e junto a legitimidade de todos seus outros poderes, digamos, angelicais. Estava fora da hierarquia da angeologia e de sua ordem. Porém, sendo completamente des-habilitado desse sistema, estava livre para efetivar em outro lugar suas próprias atividades. Estava Lúcifer na distinta e clara marginalidade. Estar à margem só é sufocante para quem quer voltar ao sistema do qual foi exilado (aqui,

verdadeiramente exilado e não *inxilado*). Porém, ao aceitar a marginalidade, desligando-se completamente do outro sistema, pode-se viver livre e sem perigo de ser avaliado, controlado, castigado, punido pelos critérios do sistema o qual o expulsou. Fazendo isso, Deus criou outro mundo o qual acabou se fortalecendo e combatendo o mundo divino. O sistema hierarquizado de hoje não cometeu esse, digamos, erro. Não quer exilar ninguém, não quer dar a chance de se efetivar outro mundo que acabe por ameaçar sua soberania. Portanto, os LúCIFERES de hoje têm que ter uma atitude de *autonomia* e *autodomínio* para efetivar sua própria liberdade.

Considerando o *status* do sistema hierarquizado descrito acima, não se pode esperar que uma sociedade treinada a usar o tempo e sua vida de forma servil e mecânica produza homens livres da noite para o dia. Desenvolver *autonomia* e *autodomínio*⁸ é uma questão de trabalho pessoal e intrasferível contra a institucionalização da vida.

[...] uma sociedade destituída de personalidade, cujos membros aceitaram seu papel social sem tensões ou protestos, não é humana. É mais uma colônia de insetos sociais inteligentes, como as que se veem em filmes de ficção científica (SKIDELSKY; SKIDELSKY, 2017, p. 210).

Para sairmos dessa situação de servilidade de nossa própria liberdade podemos começar a pensar sobre o papel dos profissionais, burocratas e do trabalho criador e livre, em suma, no rompimento dessa hierarquia angelical.

Os profissionais exigem um monopólio sobre a definição de desvio de conduta e sobre suas soluções. Por exemplo: os advogados afirmam que somente eles têm competência e direito legal para dar assistência num divórcio. Se alguém descobre um método para um divórcio “faça você mesmo”, vai se meter numa dupla complicação: se não for advogado, expõe-se à acusação de praticar sem licença; se é membro de um escritório de advocacia, pode ser expulso por falta de ética profissional (ILLICH, 1978, p. 31).

Em qualquer campo em que se possa imaginar uma necessidade humana, estes novos profissionais inabilitantes proclamam ser os especialistas exclusivos do bem público. O campo da medicina e da saúde é paradigmático para Illich,

Os pacientes já não são minoria. Os que são minoria atualmente são os vários tipos de transviados que escapam de um modo ou de outro das diferentes listas de pacientes. Esta minoria está constituída pelos pobres, os camponeses, imigrantes recentes e vários outros que, às vezes por vontade própria, se converteram em desertores do sistema médico. Há somente vinte anos, constituía indício de saúde normal, que se presumia bom, poder passar sem médico. A mesma condição de não-paciente se vê hoje como indicadora de desamparo ou de dissidência (ILLICH, 1978, p. 38).

A *informalidade* é uma ameaça e o próprio sistema dá um jeito de regulamentar a imoralidade da informalidade.

A pedra angular desse sistema era o regulamento sob o qual os benefícios estatais eram fornecidos ou retidos. Eram esses regulamentos que davam

ao empregador seu poder, pois permitiam que as autoridades obrigassem alguém a um emprego, por pior que estivesse, podre ou mal pago. Esses regulamentos asseguram que o empregador mais malvado, pagando os piores salários pelos empregos mais imundos, não seja mantido afastado do trabalhador enquanto houver um desempregado fisicamente apto disponível (PARIJS, 2017, p. 21).

Como consequência dessa uniformização do emprego, os indivíduos vão perdendo a capacidade de criar e fazer por si mesmo. A escolha do ser ou não ser é entre o ser formal ou não ser formal, i.é., in-formal, literalmente não formatado, não formado, ou seja, pirata, marginal, deslocado do sistema, como Lúcifer. Essa resistência a aparecer sob uma forma definida é a saída tanto do sistema quanto de uma forma de vida formatada, institucionalizada em todo seu processo, tanto da produção, da demanda, dos desejos, do impulso, dos interesses e da ação da aquisição de qualquer coisa, sejam materiais ou emocionais. Lúcifer saiu do sistema e foi mandado para fora do sistema hierárquico o qual tinha antes da queda. Mas nós teremos que criar um subsistema dentro do próprio sistema engolfante em que vivemos. Não temos um novo lugar fora desse, como Lúcifer. Nosso inferno terá que ser criado dentro do tal “paraíso” e não fora dele. Por isso nossa resistência, de certo modo, terá que ser maior do que de Lúcifer.

O comportamento burocrático é a lógica de uma sociedade hierarquizada ou sistematicamente organizada que exige que seus administradores de suas instituições sejam publicamente responsáveis pela modificação comportamental que produzem em seus “clientes”, ou seja, em nós. Estamos em uma sociedade hierarquicamente organizada como sociedade terapêutica onde (quase) todas as atividades humanas hoje são apoiadas ou observadas de perto por algum profissional institucional que pode melhorar ou aperfeiçoar o desempenho dessas atividades humanas. Do nascimento à morte esse sistema oferece serviços devidamente formalizados e supervisionados por uma agência de controle para que o consumidor não se engane e possa “livremente” escolher melhorar suas ações na existência. Não será surpresa se logo após o trabalho de parto uma mãe receber em seu quarto de hospital a visita de um profissional de educação física apresentando seus serviços para um melhor engatinhar de seu bebê a partir de agora. A terapia como ortopedia-geral, onde tudo pode e dever ser consertado para o seu melhor e máximo desempenho mesmo antes de “quebrar”, é um dos sintomas de uma sociedade institucionalizada.

Como sair da sistematização? Com atitudes de autonomia e autodomínio: valorizar mais a ação preventiva do que a curativa; nos transportes, priorizar o escoamento do que a velocidade; na alimentação, priorizar a cultura orgânica ou “caseira” do que a industrial; na escolarização, priorizar o autodidatismo à aprendizagem empacotada; na economia, priorizar o valor de uso ao valor de troca ou instituições de uso às instituições de troca⁹; nem a educação, nem a saúde física ou mental, nem a ecologia, por exemplo, são resultados, necessariamente, de um processo institucional gerido por algum administrador. Essa é a ideia gênese da institucionalização e sistematização hierárquica: tudo que é bom ou valoroso passa por um emblema institucional. Os certificados de qualidade e controle oferecidos pelo sistema não podem ou não deveriam desvalorizar o encontro fortuito e imprevisível entre pessoas que podem e querem oferecer seus serviços não-formalizados por tais certificados a quem os quer contratar e usá-los independente

de valor econômico ou social pré-estabelecido.

Esta reorientação para as surpresas pessoais em vez de valores institucionalmente arquitetados romperá a ordem estabelecida até que dissociemos a crescente disponibilidade de instrumentos tecnológicos que facilitam os encontros do progressivo controle, feito pelos tecnocratas, sobre o que acontece quando as pessoas se encontram (ILLILCH, 1985, p. 82).

O que está aí, ao nosso redor, desde sempre, à nossa disposição sem necessitar do rótulo institucional, segundo Illich, são *coisas, modelos, colegas e adultos*. Todos eles não necessitam de nenhum rótulo institucional para que sejam úteis à aprendizagem e todas as outras formas de interação com o mundo e consigo mesmo. A pergunta fundamental para o acesso a essas oportunidades de interação que todos temos é “como interagir com essas oportunidades para aprender o que quero aprender”?

Finalizando, sob a questão das liberdades individuais na relação trabalho/emprego como uma alternativa ao mundo da queda de Lúcifer, mostraremos apenas de relance a ideia sugerida da *renda básica universal/incondicional*. Essa ideia é defendida por Philippe Van Parijs em *Basic Income*. A renda básica universal é, grosso modo, um pagamento incondicional, de preferência em nível bastante alto, a todos os cidadãos para que todos tenham a opção genuína de quanto e como querem trabalhar. É *incondicional* no sentido de não ser necessária nenhuma contrapartida ou condição para receber a renda. Basta ser uma pessoa a partir de dezoito anos e viver no país ou cidade que tem a Renda Universal Básica. É *universal* pois não está condicionada à renda já existente do indivíduo, portanto mesmo os mais ricos e os mais pobres receberão a renda. Para Parijs

A renda básica incondicional permitirá trabalhar meio período a muitos que hoje trabalham o dia todo; e os trabalhadores teriam a opção de escolher quanto e sob que condições trabalhar, como hoje têm os proprietários do capital substancial (PARIJS, 2017, p. 259).

Essa saída nada mais é do que uma transferência de poder, onde quem hoje tem a opção de negociar é o dono do capital. Nesta transferência de poder, o quer recebe a renda universal básica e não é da parte da elite financeira, poderá, a partir deste momento, efetivar o *não* que Agamben defende e iniciar, assim, seu processo de liberdade.

Essas atividades ou soluções acima mencionadas nestes campos – educação, saúde, alimentação, renda – são apenas uma amostra de tantas outras alternativas. Mas são factíveis de efetivação, no entanto colocarão, inevitavelmente, o indivíduo em queda do sistema seguro, controlado e previsível do qual vivemos hoje em dia.

Considerações finais

Este artigo não pretende fazer parte de uma teoria da conspiração contra o sistema soberano e reinante. A descrição desse sistema feita aqui teve o intuito de revelar o quanto nossa liberdade individual e, a partir disso, como comunidade está

atrelada a uma falsa ideia de *alternativas concorrentes*. O fato de poder escolher entre uma marca de refrigerante ao invés de outra não é o tipo de liberdade de que falam esses autores. Essa liberdade dos refrigerantes é o que o sistema vende como *liberdade substancial*, mas não é nem uma liberdade *formal*, pois já está, essa “liberdade” empacotada, formatada para termos essa e outra alternativa. Ao invés da providência divina, temos a providência institucional. A grande aporia entre o livre-arbítrio e a providência divina, toma aqui outra forma, mas aporia é a mesma. Só que agora o “Deus” é outro. Como consumidores temos o poder de alterar o sistema, mesmo ele nos afrontando e nos “punindo” com cada ousadia de não seguirmos a natureza divina de sua hierarquia. Uma nova forma de consumo requer uma nova postura frente aos nossos próprios desejos – que já foram formatados institucionalmente - e impulsos frente à demanda de uma felicidade, segurança ou controle já institucionalizados. Quanto é o suficiente para o bem-viver? Uma alternativa a uma nova postura neste sentido pode ser o *minimalismo*¹⁰. Não foge muito do pensamento dos nossos avós do início do século XX onde o *necessário* era mais importante do que o *desejo*. O que ele traz de volta é o *consumo consciente*. Essa postura afeta diretamente a soberania dos produtores de valores institucionalizados pois é o consumidor que decide seus próprios valores, como busca-los e como mantê-los.

O lugar ou o mundo que adentra os seguidores de Lúcifer, nesta metáfora que trazemos aqui, é, de início, a marginalidade. Os marginais, os Lúciferes, “Esta minoria começa a desconfiar que nossas constantes decepções prendem-se às instituições contemporâneas da mesma forma que as correntes prenderam Prometeu ao rochedo” (ILLILCH, 1985, p. 124).

A quebra dos elos dos profissionais institucionalizados e os burocratas da angeologia paradigmática pode ser realizado através de uma re-educação de seus próprios valores e é uma atividade constante e, se efetivada, libertadora. Impede o solo seguro e a proteção paternalista, mas sinaliza com uma liberdade só vivida por Lúcifer. “Precisamos encontrar um nome para os que amam a Terra onde cada um possa encontrar o outro. E se uma pessoa viver na obscuridade, fizer seus amigos nesta obscuridade, a obscuridade não é desinteressante” (ILLILCH, 1985, p. 125).

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O Reino e a Glória: uma genealogia teológica da economia e do governo**. Trad. Selvino J. Assmann, São Paulo: Boitempo, 2011.

AQUINO, Santo Tomás. **Suma Teológica**. Trad. Alexandre Correia, in <http://alexandriacatolica.blogspot.com/2017/04/suma-teologica-traducao-de-alexandre.html>.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Trad. eBooksBrasil.com, www.geocities.com/projetoperiferia, 2003.

FLORES, V. M. E. **Minimalismo e Pós-minimalismo: forma, anti-forma e corpo na obra de Robert Morris**. Covilhã: Livros LabCom, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. Trad. Eduardo Brandão; revisão tradução Cláudia Berliner, São Paulo:

Martins Fontes, 2008.

JAY, F. **Menos é Mais: um guia minimalista para organizar e simplificar sua vida.** Trad. Guilherme Miranda, São Paulo: Fontanar, 2016.

ILLICH, Ivan. **O Direito ao Desemprego Criador: a decadência da idade profissional.** Trad. Joaquim Campelo Marques, Andaluzia: Editorial Alhambra, 1978.

ILLICH, Ivan. **Sociedade sem Escolas.** Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth, Petrópolis: Vozes, 1985.

PARIJS, Philippe Van; VANDERBORGHT, Yannick. **Basic Income: a radical proposal for a free society and a sane economy.** Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2017.

SKIDELSKY, Robert; SKIDELSKY, Edward. **Quanto é Suficiente? O amor pelo dinheiro e a defesa da boa vida.** Trad. Vera Caputo, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

¹ UNISINOS, Email: fcdafontoura@gmail.com

² ἀρχή (*arché*) significa princípio, poder, fundamento primeiro. Portanto, uma *anarchéia* seria a falta de um fundamento ou princípio regulador. Princípio, neste sentido, não denota apenas o começo, mas o fundamento de toda uma hierarquia. Neste sentido, a proposta de uma des-institucionalização é uma forma de *anarquia* ou de *heresia*, no sentido de que se escolhe ou ser *anárquico* dentro do sistema ou escolher (*hairesis*) outro sistema ou lugar, que é o caso da queda de Lúcifer.

³ ἱεραρχίας (*ierarchés*) pode significar o presidente sagrado dos ritos, o sumo sacerdote. Ou seja, aquele que detém o sagrado e/ou princípio fundamental: uma ordem sagrada ou um poder [de ordem] sagrada presidido por um governante ou poder soberano.

⁴ O termo vem de αἵρεσις que significa escolha, eleição. Herege é quem escolheu uma escola, uma religião ou uma seita que não a dominante em relação ao contexto social e/ou histórico.

⁵ διάβολος (*diabolôs*) Aquele que calunia contra o sistema dominante ou que *separa* o poder Uno através da difamação. Aquele que acusa.

⁶ Os gregos tinham duas palavras para *desejo* no sentido de *querer*: θέλεος (*theleos*) que é um querer como aquele quando se quer fazer omelete mas não quer quebrar os ovos e βούλησις (*boulésis*) que denota mais um desejo como um propósito firme. Essa diferença não existe mais em nosso vocabulário e além dela foi desfeita, pela sociedade do espetáculo, a diferença entre *desejo* e *necessidade*.

⁷ Não será explorado aqui neste artigo mesmo sendo um assunto de muito interesse para o escopo dessa questão da institucionalização da vida através de um modelo religioso, como coloca Agamben, mas a figura e a queda de Lúcifer e a história como foi contada e passada nas religiões esconde ou mascara ou obscurece alguns fatos ou perspectivas históricas-bibliográficas dessa figura mítica-religiosa. Cf. Henry Ansgar Kelly, *Satan: a biography*; Kersey Graves, *The Biography of Satan: or a historical exposition of the Devil and his fiery dominions*; Elaine Pagels, *The Origin of Satan*.

⁸ Infelizmente não desenvolverei de forma mais ampla esses dois conceitos aqui pela falta de tempo e espaço, mas quando os coloco tenho em mente as concepções greco-romanas onde não se entendia que o externo, seja ele a *pólis*, o tirano ou as contingências do mundo exterior como as guerras, por exemplo, pudessem, de alguma forma, tirar dos indivíduos sua capacidade de legislar suas normas internas de valor ou lhes ameaçar o domínio sobre si mesmo.

⁹ Cf. a questão valor de uso e valor de troca e instituições de uso e instituições troca ou conviviais em Illich *Sociedade sem Escolas* e em *O direito ao Desemprego Criador*. Ambas as abordagens apoiadas em Aristóteles, tanto em *Política* quanto na *Ética a Nicômaco*.

¹⁰ Dois livros sobre o assunto podem ser FLORES (2007), onde mostra a origem do *minimalismo* na estética; e JAY (2016), onde tem uma perspectiva prática do minimalismo na vida diária.

Recebido em: 05/2021
Aprovado em: 11/2021